

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 1º Semestre 2020

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A AGE

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A
AGE**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Financeiras – 1º Semestre/2020**

Sumário

➤ Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	1-3
➤ Balanço Patrimonial.....	4-5
➤ Demonstração do Resultado do Exercício.....	6
➤ Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	7
➤ Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	8
➤ Demonstração do Fluxo de Caixa.....	9
➤ Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis.....	10-19

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores,
ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
Recife/PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE**, em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas e aplicáveis às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A – AGE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do semestre e exercício anterior, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujos relatórios foram emitidos em data de 02 de agosto de 2019 e 31 de janeiro de 2020, respectivamente, sem modificações.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal(RN), 25 de setembro de 2020.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O



Olegário Mariano Prestrelo Marinho
Contador - Responsável Técnico
CRC/PE nº 9702 "T" RN

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		26.198	27.348
Disponibilidades		75	286
Títulos e Valores Mobiliários	3	17.133	16.252
Operações de Crédito		8.774	10.585
Empréstimos	4.1	8.554	10.722
Financiamentos	4.1	456	676
Provisão para Operações de Créditos	4.2	(236)	(813)
Outros Créditos	5	216	224
NÃO CIRCULANTE		29.852	26.327
Títulos e Valores Mobiliários	3	4.265	4.192
Operações de Crédito		25.406	21.634
Empréstimos	4.1	23.010	15.605
Financiamentos	4.1	2.978	6.330
Provisão para Operações de Créditos	4.2	(582)	(301)
Permanente	6	180	500
Imobilizado de Uso		72	90
Intangível		108	410
TOTAL DO ATIVO		56.050	53.675

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE

CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15

Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		1.778	2.198
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7	501	909
Obrigações por Repasses - BNDES		-	411
Obrigações por Repasses - FINEP		351	347
Obrigações por Repasses - BNB		150	151
Outras Obrigações		1.277	1.289
Fiscais e Previdenciárias	8	473	172
Diversas	9	804	1.117
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		1.163	4.196
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7	1.163	4.196
Obrigações por Repasses - BNDES		-	2.806
Obrigações por Repasses - FINEP		769	922
Obrigações por Repasses - BNB		394	467
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.109	47.281
Capital	10	71.810	65.410
Prejuízo acumulado		(18.701)	(18.129)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		56.050	53.675

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

DISCRIMINAÇÃO	Nota Explicativa	1º Sem. 2020	1º Sem. 2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.203	3.447
Operações de Crédito		2.835	2.942
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		368	505
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(55)	(290)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(55)	(290)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.148	3.158
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.718)	(3.862)
Receitas de Prestação de Serviços		429	196
Despesas de Pessoal e Honorários	11	(2.397)	(1.678)
Outras Despesas Administrativas	12	(1.138)	(1.702)
Despesas Tributárias	12	(23)	(16)
Despesas de Obrigações por Repasses		(127)	(172)
Despesas de Depreciação e Amortização		(326)	(331)
Outras Despesas Operacionais		(169)	(170)
Outras Receitas Operacionais		33	9
RESULTADO OPERACIONAL		(570)	(704)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(0)	0
Outras Receitas Não Operacionais		0	1
Outras Despesas Não Operacionais		(0)	(1)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(570)	(704)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3)	(20)
Provisão para Imposto de Renda		(1)	(11)
Provisão para Contribuição Social		(1)	(8)
RESULTADO LÍQUIDO		(572)	(724)
QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS		70.754.408	64.354.408
RESULTADO POR AÇÃO		(0,008087)	(0,011248)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE

CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15

Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2020	30/06/2019
Resultado Líquido do Semestre	(572)	(724)
Realização da Reserva de reavaliação	-	-
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	(572)	(724)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Discriminação	Capital Social Realizado	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo no início do período em 01/01/2019	65.410	-	(17.065)	48.345
Prejuízo do período	-	-	(724)	(724)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Saldo no fim do período em 30/06/2019	65.410	-	(17.789)	47.621
Mutação do período	-	-	(724)	(724)
Saldo no início do período em 01/01/2020	65.410	-	(18.129)	47.281
Aumento de Capital				
Integralização em espécie	6.400			6.400
Prejuízo do período	-	-	(572)	(572)
Saldo no fim do período em 30/06/2020	71.810	-	(18.701)	53.109
Mutação do período	6.400		(572)	(572)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE

CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15

Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Discriminação	1º Sem. 2020	1º Sem. 2019
Lucro(Prejuízo) do Exercício	(572)	(724)
Ajustado por:		
Depreciação/Amortização	326	(331)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(296)	(290)
Lucro(Prejuízo) Ajustado	(542)	(1.344)
Variação de Ativos e Passivos	(6.062)	1.150
Aumento (Redução) em Títulos e Valores Mobiliários	(953)	(2.728)
Aumento (Redução) em Operações de Crédito	(1.665)	4.045
Aumento (Redução) em Provisões para Operações de Crédito	-	427
Redução em Rendas a Receber	-	0
Aumento (Redução) em Outros Créditos	9	(19)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.440)	(452)
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	300	27
Aumento (Redução) em Obrigações Diversas	(313)	(149)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(6.604)	(194)
Fluxos das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	-	(2)
Aquisição de Intangível	(7)	(2)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos	(7)	(4)
Fluxos das Atividades de Financiamentos		
Aumento de capita pelos acionistas	6.400	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamentos	6.400	-
Aumento/(Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	(211)	(198)
Modificações do Caixa e Equivalente de Caixa		
No início do Período	286	212
No final do Período	75	13
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	(211)	(198)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. – AGE
CNPJ Nº 13.178.690/0001-15

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2020 e de 2019
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional - CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados e



Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação, e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2020, data de encerramento do semestre, e comparadas em conformidade com a Circular Bacen 3959, de 04/09/2019.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de “A” até “H”. Aquelas classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.



c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamento de dados.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do semestre findo em 30.06.2020 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipos de provisão para contingências.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.



3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2020 e 2018 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	jun/20	dez/19
Curto Prazo (para negociação)			
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	17.133	16.252
		17.133	16.252
Longo Prazo (mantido até o vencimento)			
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	4.265	4.192
TOTAL		21.398	20.444

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

Setor Privado	30.06.2020				31.12.2019			
	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
St Publico Com	-	-	-	-	-	3	-	3
Outros Serviços	192	2.645	18.476	21.313	39	3.021	13.926	16.986
Set publ municp	2	-	-	2	-	-	-	-
Indústria	31	590	4.194	4.815	13	10	5.433	5.456
Comércio	633	3.666	3.264	7.563	66	123	2.418	2.607
Pessoa Física	59	146	13	218	513	2.143	159	2.815
Subtotal	917	7.047	25.947	33.911	632	5.300	21.935	27.867

Vencido

Setor Privado	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	110	8	64	182	3.920	45	29	3.994
Indústria	20	94	51	165	9	97	430	536
Comércio	294	87	283	664	386	211	83	680
Pessoa Física	42	25	10	76	199	29	29	257
Subtotal	466	214	408	1.087	4.514	383	570	5.466

4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER		30.06.2020					31.12.2019
Nível de risco	Até 180 dias	de 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	714	3.994	11.858	16.566	0,50%	83	46
B	26	1.893	12.191	14.110	1,00%	141	146
C	23	891	1.851	2.765	3,00%	83	106
D	56	257	23	337	10,00%	34	44
E	-	10	3	13	30,00%	4	1
F	97	-	-	97	50,00%	48	-
G	1	-	-	1	70,00%	1	3
H	-	1	21	22	100,00%	22	36
Total	917	7.047	25.947	33.911		416	382

VENCIDO		30.06.2020					31.12.2019
Nível de risco	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	260	-	-	260	0,50%	1	14
B	24	-	-	24	1,00%	-	10
C	151	-	-	151	3,00%	5	22
D	24	115	-	139	10,00%	14	17
E	1	23	-	24	30,00%	7	27
F	-	27	149	176	50,00%	88	59
G	2	45	42	89	70,00%	62	38
H	3	4	217	224	100,00%	224	546
Total	465	214	408	1.087		401	732

4.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos semestres:

	2020	2019
Saldo no Início do exercício	1.113	2.817
Adições	368	404
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(293)	(207)
Reversões	(19)	(677)
Baixa	(351)	(1.224)
Saldo no Final do semestre	817	1.113



5. OUTROS CRÉDITOS

Os valores registrados em Outros Créditos estão representados, conforme demonstrado a seguir:

	jun/20	dez/19
Impostos e Contribuições a Compensar	25	22
Devedores Diversos - País	112	165
Despesas Antecipadas/Outros valores	35	1
Adiantamento por Conta de Imobilizações	-	4
Serviços Prestados a Receber	33	29
Adiantamentos e Antecipações Salariais	9	1
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	1	2
TOTAL	215	224

6. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2020	Saldo em 30/06/2019
PERMANENTE	500	(320)	-	180	231
Imobilizado de Uso	90	(18)	-	72	126
Móveis e Equipamentos de Uso	650	-	-	650	399
Mobiliário	285	-	-	285	50
Equipamento de Processamento	318	-	-	318	56
Outros Equipamentos	48	-	-	48	293
(Depreciação)	(560)	(18)	-	(577)	(633)
(-) Depreciação Móveis e Equip. de Uso	(560)	(18)	-	(577)	(279)
(-) Aparelho de Refrigeração	(26)	(2)	-	(28)	(35)
(-) Maquinas e Equipamentos	(10)	(1)	-	(11)	(40)
(-) Mobiliários	(211)	(14)	-	(226)	(204)
(-) Equipamento de Proc. de Dados	(312)	(1)	-	(314)	(355)
Intangível	410	(302)	-	108	105
Ativos Intangíveis	2.667	6	(1.845)	829	2.054
Sistema de Processamento Aquisição	-	4	-	9	-
Licenças Contratuais	-	2	(1.845)	820	-
(-) Amortização Acumuladas	(2.258)	(308)	1.845	(721)	(1.949)
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	-	-	-	(5)	-
(-) Amortização de Licenças Contratuais	-	(308)	1.845	(716)	-

Em virtude das alterações efetuadas nas contas do Ativo Permanente, pelo Banco Central do Brasil, constante na Carta Circular nº 3.940 de 22/03/2019, foram realizadas reclassificações de grupos e contas na posição do imobilizado, mais especificamente no que se referem abaixo:



1 – Bens que antes eram classificados como “**Aparelho de Refrigeração**” foram transferidos para “**Outros Equipamentos**”;

2 – Bens que antes eram classificados como “**Processamento de Dados**”, foram transferidos para “**Equipamentos de Processamento de Dados**”;

3 – No Intangível as “**Licenças de Uso**”, foram reclassificadas para “**Sistema de Processamento de Dados – Aquisição e para Licenças Contratuais**”.

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2019, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de “*impairment*” na AGEFEPE.

7. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente, conforme demonstrado a seguir:

Passivo Circulante

	2020	2019
Obrigações por Repasses-BNDES	-	411
Obrigações por Repasses – FINEP	351	347
Obrigações por Repasses – BNB	150	151
Total	501	909

Exigível a Longo Prazo

	2020	2019
Obrigações por Repasses-BNDES	-	2.806
Obrigações por Repasses – FINEP	769	922
Obrigações por Repasses – BNB	394	467
Total	1163	4196



- a) Os recursos do BNDES, são corrigidos pela URTJLP, possuem garantia de contrato entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia do Recife e o Ministério da Saúde;
- b) Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas.
- c) Os Recursos do BNB, são PRE – Fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Representam as obrigações da Instituição, principalmente, para com o Governo Federal, relativas a Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros, Impostos e Contribuições sobre salários e PIS/COFINS sobre as receitas.

	jun/20	dez/19
INSS	265	73
IRRF	30	43
COFINS	87	22
FGTS	73	20
IOF	-	6
PIS	14	4
ISS	3	4
TOTAL	472	172

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Compreende as provisões das despesas administrativas do mês de junho/2020 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 e 13º salário dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do semestre, e outros credores.

	jun/20	dez/19
Provisão Outras Despesas Administrativas	200	393
Provisão de Férias e Encargos	423	209
Credores Diversos	181	514
TOTAL	804	1116

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em janeiro de 2020 foi homologado e integralizado em espécie aumento de capital, no valor de R\$ 6.400. passando o capital, antes no valor de R\$ 65.410., para o montante de R\$ 71.810, representado por 70.754.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Este



aumento ocorreu com a integralização e subscrição de 6.400.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo acionista Estado de Pernambuco.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

Acionistas	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Estado de Pernambuco	71.400.000	99,43%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,49%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,07%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	71.810.010	100,00%	65.410.010	100,00%

11. DESPESA DE PESSOAL E HONORÁRIOS

	1º Sem. 2020	1º Sem. 2019
Ordenado e Representação	866	608
INSS	395	272
Honorários	450	345
Alimentação	278	172
Férias	153	103
FGTS	114	78
13º Salário	104	75
Outras	37	25
Total	2.397	1.678

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

	1º Sem. 2020	1º Sem. 2019
Manutenção e Conservação	39	61
Processamento de Dados	39	39
Publicações	79	113
Serviços de Terceiros	101	77
Serviços Técnicos Especializados	455	889
Aluguéis	175	149
Comunicação	49	36
Serviços de Vigilância	-	102
Taxas Diversas	-	49
Cartórios e Emolumentos	-	60
Serviços Financeiros	95	39
Tributaria e Outras	127	103
Total	1.161	1.717

13. DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS

Nos 1º. semestres de 2020 e 2019, a AGE não teve nenhuma operação com partes relacionadas.

14. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.

